

Primeiro boletim eletrônico do MPMG em atividade, com matérias de interesse institucional coletadas em fontes oficiais de informação.

Volume: 10

Número: 424

29/09/2026

Fonte: Diário Oficial Eletrônico do MPMG de 26.09.2026

ATO CE PGJ, DE 2026

Calendário Eleitoral *

A COMISSÃO ELEITORAL designada para proceder aos trabalhos inerentes à eleição para formação de lista ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, biênio 2027/2028, com fundamento no art. 3º, § 4º da Resolução CAPJ nº 14/2020, divulga o seguinte calendário:

1) Designação da Comissão Eleitoral	11/08/2026
2) Edital (1ª Publicação).	29/09/2026
3) Edital (2ª Publicação)	30/09/2026
4) Período de inscrições	01 a 05/10/2026
5) Publicação da lista de candidatos inscritos	07/10/2026
6) Prazo para impugnação	08/10/2026
7) Eleição – Disponibilização de Sistema Informatizado para o exercício do voto 08:00h até 17:00h	10/11/2026
Obs: Prazo final a que se refere o artigo 2º, da Resolução CAPJ nº 14/2020.	09/10/2026

EDMAR AUGUSTO GOMES
Presidente da Comissão Eleitoral
ALMIR ALVES MOREIRA
Membro Efetivo
SÉRGIO PARREIRAS ABRITTA
Membro Efetivo

(*) Republicado em face de erro material.

EDITAL PGJ, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026
(1ª Publicação)

Edital para inscrição de candidatos ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, para o biênio 2027/2028.

A **COMISSÃO ELEITORAL** comunica a abertura do prazo das inscrições para a formação de lista tríplice para escolha do Procurador-Geral de Justiça, biênio 2027/2028. Os interessados deverão protocolizar sua inscrição na Superintendência dos Órgãos Colegiados ou pelo site www.mpmg.mp.br (clicar em: CONHEÇA O MPMG - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR MPMG - ÓRGÃOS COLEGIADOS - ELEIÇÕES – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO), em dia de expediente regular, até as 19 (dezenove) horas, no período compreendido entre 01 a 05/10/26. Por este ato, a Comissão convoca todos os membros do Ministério Público em atividade para o exercício do direito/dever de voto.

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2026.

EDMAR AUGUSTO GOMES

Presidente da Comissão Eleitoral

ALMIR ALVES MOREIRA

Membro Efetivo

SÉRGIO PARREIRAS ABRITTA

Membro Efetivo

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

[ATO CONJUNTO PGJ SEJUSP SEPLAG SEINFRA AGE, DE 2026](#)

4ª Pactuação de Atos Preparatórios para a Adequação do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo.

1ª Etapa do Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais.

[AVISO DG Nº 10, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Comunica o período de realização do inventário 2026 e publica a lista de responsáveis patrimoniais.

[RESOLUÇÃO PGJ Nº 21, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Cria o Grupo Gestor Regional da Unidade de Combate ao Crime e à Corrupção - Montes Claros (GRUCC-MOC) e a Secretaria do Grupo Gestor Regional da Unidade de Combate ao Crime e à Corrupção - Montes Claros (SGRUCC-MOC) e estabelece suas atribuições.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

[PORTARIA DF Nº 14, DE 21 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a suspensão do expediente forense presencial, do atendimento ao público da Comarca de Juatuba em razão da realização de Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri de grande repercussão social, e dá outras providências.

[PORTARIA DF Nº 70, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão do expediente no Juizado Especial da comarca de Ipatinga em razão da interrupção do fornecimento de água.

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.860, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.798, de 13 de abril de 2026, que "Consolida o calendário de feriados nas comarcas do Estado de Minas Gerais para o ano de 2026".

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.861, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Regulamenta o Núcleo de Justiça 4.0 - Pena Justa como instrumento de apoio da prestação jurisdicional das unidades judiciárias da Justiça Comum de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais com competência em matéria de execução penal.

[RESOLUÇÃO SES Nº 11.665, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Define diretrizes gerais sem caráter vinculante para a emissão e fiscalização de autorização para início da operação e fornecimento de água para consumo humano proveniente de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) ou Soluções Alternativas Coletivas (SAC) objeto de outorga ou de cadastro de uso insignificante em área urbana com finalidade de consumo humano para imóvel condominial/não residencial no estado de Minas Gerais, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[LEI Nº 15.512, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Dispõe sobre princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a efetivação, com absoluta prioridade, do direito da criança e do adolescente à natureza; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

[LEI Nº 15.516, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Institui o Protocolo Intersetorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência, destinado a orientar a atuação das autoridades competentes nos casos de estupro e de outras formas de violência física contra mulher, criança, adolescente e pessoas em situação de vulnerabilidade; e altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013.

[LEI Nº 15.517, DE 22 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, para dispor sobre os crimes de furto e roubo de petróleo e derivados, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis fluidos carburantes, inclusive biocombustíveis, e óleos lubrificantes, bem como para tipificar novos crimes contra a ordem econômica.

[LEI Nº 15.524, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada; e altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

[PORTARIA CNJ Nº 430, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a promoção do 3º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, nos parâmetros internacionais de direitos humanos e na jurisprudência interamericana.

[PORTARIA MEC Nº 731, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026](#)

Divulga os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica de 2026.

IMPORTANTE: Os textos dos atos normativos e da legislação disponíveis têm caráter meramente informativo, não dispensando a consulta aos Diários Oficiais para a comprovação da existência de direitos nos termos da legislação vigente.